

PROF. LEONARDO AQUINO



SIMULADO TJ- MA

P R O V A 0 5

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

Tribunal de Justiça

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 001/2024



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO –
DIREITO

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

Este é um simulado cuidadosamente preparado, com questões selecionadas especificamente com base nos critérios relevantes para sua preparação.

Cada questão foi escolhida criteriosamente. Esteja pronto para testar seus conhecimentos de forma direcionada e otimizada.

O simulado inclui questões extraídas de provas anteriores do Instituto Consulplan e Consulplan.

Ressaltamos que as questões incorporadas neste simulado são propriedade intelectual da respectiva banca

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01

Os estatutos do homem
(Ato Institucional Permanente)

A Carlos Heitor Cony

Artigo I

Fica decretado que agora vale a verdade
agora vale a vida,
e de mãos dadas,
marcharemos todos pela vida verdadeira.

Artigo II

Fica decretado que todos os dias da semana,
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,
têm direito a converter-se em manhãs de domingo.

Artigo III

Fica decretado que, a partir deste instante,
haverá girassóis em todas as janelas,
que os girassóis terão direito
a abrir-se dentro da sombra;
e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro,
abertas para o verde onde cresce a esperança.

Artigo IV

Fica decretado que o homem
não precisará nunca mais
duvidar do homem.
Que o homem confiará no homem
como a palmeira confia no vento,
como o vento confia no ar,
como o ar confia no campo azul do céu.

(MELLO, Thiago de. *Os Estatutos do Homem*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Fragmento.)

Em relação ao emprego do verbo “haver” em “*haverá girassóis em todas as janelas,*” pode-se afirmar que:

- a) A concordância com o termo “*girassóis*” é facultativa.
- b) Representa marca de oralidade na expressão do eu lírico.
- c) Permanece no singular de acordo com o sentido produzido.
- d) Como exemplo de verbo impessoal, a concordância é obrigatória.

Questão 02

A Lei nº 12.636/2012 traz consigo um simbolismo singular, na medida em que reconhece a importância da atividade dos procuradores e procuradoras no controle de legalidade dos atos administrativos e na defesa intransigente do patrimônio público, exercendo um importante papel de agente colaborador para efetivação das políticas públicas.

Esse reconhecimento consta expressamente da justificção daquele ato normativo: “Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses do Estado Democrático de Direito vigente em nosso país, conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais estabelecidos em nossa Constituição Federal, à viabilidade das políticas públicas do Estado brasileiro e à estabilidade jurídica das ações governamentais”.

E não poderia ser diferente. A Advocacia Pública, prevista na Constituição de 1988 como uma das funções essenciais à Justiça, é um órgão de caráter permanente e próprio de Estado, e, por isso, de vital importância à segurança jurídica, à consolidação da democracia e à implementação dos direitos fundamentais pelas três esferas da Federação Brasileira.

Enaltecer a atuação da Advocacia Pública — como reconhece a Lei nº 12.636/2012 — é essencial não apenas para fins de memória, registro e resgate histórico, mas, sobretudo, para reafirmar a sua identidade e sua vocação institucional. Somente se mantém coerente com seu DNA quem sabe os porquês e as razões de ser de sua existência.

São as advogadas e advogados públicos quem entregam aos gestores: federal, estaduais e municipais as soluções jurídicas adequadas e aptas à concretização das necessidades da população, por meio de atuações na assessoria e na consultoria jurídica, no contencioso administrativo e judicial ou ainda no controle de juridicidade dos atos administrativos. A Advocacia Pública representa, pois, interesse público primário, interesse de toda a sociedade, e não meramente “secundário” ou “do aparelho governamental” (essa antiga distinção precisa ser repensada a partir de uma leitura atenta do desenho constitucional e do modelo de Estado estabelecidos pela CF 1988). Não por acaso, uma das razões da Advocacia Pública, se não a maior e mais importante, consiste em ser um instrumento de concretização de direitos fundamentais.

(Gustavo Machado Tavares. Revista Consultor Jurídico, 7 de março de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mar07/gustavo-tavaresdia-advocacia-publica-celebracao-reflexao#author>. Adaptado.)

Os complementos verbais podem se apresentar diferenciados conforme o tipo de ligação estabelecida com os verbos a eles relacionados. Em relação ao fragmento destacado a seguir “[...] *conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais* [...]”, os mesmos tipos de complementos podem ser identificados em:

- a) Em dias difíceis, o melhor remédio é a sensatez.
- b) Antônio pôde apresentar suas desculpas a tempo.
- c) Como é bom saber que podemos tentar mais uma vez.
- d) O empregado apresentou queixa do patrão ao Ministério do Trabalho.
- e) Podemos reconhecer a existência de particularidades no grupo, cada indivíduo é importante.

Questão 03

A Lei nº 12.636/2012 traz consigo um simbolismo singular, na medida em que reconhece a importância da atividade dos procuradores e procuradoras no controle de legalidade dos atos administrativos e na defesa intransigente do patrimônio público, exercendo um importante papel de agente colaborador para efetivação das políticas públicas.

Esse reconhecimento consta expressamente da justificção daquele ato normativo: “Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses do Estado Democrático de Direito vigente em nosso país, conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais estabelecidos em nossa Constituição Federal, à viabilidade das políticas públicas do Estado brasileiro e à estabilidade jurídica das ações governamentais”.

E não poderia ser diferente. A Advocacia Pública, prevista na Constituição de 1988 como uma das funções essenciais à Justiça, é um órgão de caráter permanente e próprio de Estado, e, por isso, de vital importância à segurança jurídica, à consolidação da democracia e à implementação dos direitos fundamentais pelas três esferas da Federação Brasileira.

Enaltecer a atuação da Advocacia Pública — como reconhece a Lei nº 12.636/2012 — é essencial não apenas para fins de memória, registro e resgate histórico, mas, sobretudo, para reafirmar a sua identidade e sua vocação institucional. Somente se mantém coerente com seu DNA quem sabe os porquês e as razões de ser de sua existência.

São as advogadas e advogados públicos quem entregam aos gestores: federal, estaduais e municipais as soluções jurídicas adequadas e aptas à concretização das necessidades da população, por meio de atuações na assessoria e na consultoria jurídica, no contencioso administrativo e judicial ou ainda no controle de juridicidade dos atos administrativos. A Advocacia Pública representa, pois, interesse público primário, interesse de toda a sociedade, e não meramente “secundário” ou “do aparelho governamental” (essa antiga distinção precisa ser repensada a partir de uma leitura atenta do desenho constitucional e do modelo de Estado estabelecidos pela CF 1988). Não por acaso, uma das razões da Advocacia Pública, se não a maior e mais importante, consiste em ser um instrumento de concretização de direitos fundamentais.

(Gustavo Machado Tavares. Revista Consultor Jurídico, 7 de março de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mar07/gustavo-tavaresdia-advocacia-publica-celebracao-reflexao#author>. Adaptado.)

Em relação ao termo destacado a seguir em: “*Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses [...]*” (2º§), pode-se afirmar que:

- a) Atua como complemento de termo imediatamente anterior, contribuindo para que a ideia seja concluída.
- b) Atua como elemento de coesão textual evitando assim repetição inadequada de termo já introduzido no discurso.
- c) Pode ser identificado como agente da ação expressa pela forma verbal “incumbir”, considerando-se a coerência textual.
- d) Poderia ser substituído pelo pronome oblíquo “o” já que tem como referente um substantivo pertencente ao gênero masculino.
- e) Caso houvesse intenção de destacar “funções públicas”, o “lhe” seria substituído por “lhes” sem que houvesse prejuízo semântico ou gramatical.

Questão 04

O direito humano ao meio ambiente equilibrado

Em 2021, o Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu o meio ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano.

É recente a preocupação com o meio ambiente, que era visto como fonte inesgotável de recursos. O primeiro alerta para a questão coube à bióloga Rachel Carson, no livro “A primavera silenciosa”, em 1962, denunciando os danos da poluição por produtos químicos.

O Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 junho, remete à abertura da Conferência da ONU em Estocolmo (1972), que inseriu a preocupação ambiental na pauta dos líderes mundiais, lançando o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Seguiram-se encontros e tratados. Na Cúpula de 2015, foram definidos os novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030. Em 2021, o Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu o meio ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano. A ação humana é a preocupação central das discussões, com a meta de preservar a vida e o planeta.

O conceito: desenvolvimento sustentável, incorporado ao discurso público da ONU em 1987 – relatório Nosso Futuro Comum – sintetiza o compromisso com o futuro: “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender as próprias necessidades”, apontando o flagelo da desigualdade. O desenvolvimento sustentável requer o atendimento das necessidades humanas pelo potencial produtivo, garantindo oportunidades iguais para todos.

No Brasil, a Lei 6.938/1981 definiu o meio ambiente como “conjunto de bens, influências e interações de ordem físicas, químicas e biológicas, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. O conceito incorpora a compreensão da ONU acerca dos múltiplos fatores que afetam os seres vivos e as atividades humanas. Institucionalizou a Política Nacional do Meio Ambiente, marco histórico-humanístico para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a segurança nacional e a proteção da dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, as organizações públicas, com grande peso no consumo de bens, são essenciais na implementação de políticas de sustentabilidade, preservando os bens naturais às gerações futuras.

*(*Leomar Daroncho, Procurador do Trabalho. *Cynthia Maria Simões Lopes, Procuradora Regional do Trabalho. Correio brasileiro, junho de 2023 – Fragmento.)*

Na relação estabelecida na estrutura utilizada no título do texto pela preposição empregada pode ser observado o emprego da norma padrão assim como em:

- a) O depoente respondeu objetivamente às questões propostas.
- b) Aquelas palavras ceifaram à esperança de que houvesse alguma solução.
- c) Em seguida, foi proposto que todos os presentes assistissem o vídeo referido.
- d) Em decorrência da situação apresentada, o presidente exonerou-lhe do cargo.

Questão 05

De certo modo, nós viemos à capital de nossa nação para trocar um cheque. Quando os arquitetos de nossa república escreveram as magníficas palavras da Constituição e a Declaração da Independência, eles estavam assinando uma nota promissória para a qual todo americano seria seu herdeiro. Esta nota era uma promessa de que todos os homens, sim, os homens negros, como também os homens brancos, teriam garantidos os direitos inalienáveis de vida, liberdade e a busca da

felicidade. Hoje é óbvio que aquela América não apresentou esta nota promissória. Em vez de honrar esta obrigação sagrada, a América deu para o povo negro um cheque sem fundo, um cheque que voltou marcado com “fundos insuficientes”. Mas nós nos recusamos a acreditar que o banco da justiça é falível.

Nós nos recusamos a acreditar que há capitais insuficientes de oportunidade nesta nação. Assim nós viemos trocar este cheque, um cheque que nos dará o direito de reclamar as riquezas de liberdade e a segurança da justiça.

Mas há algo que eu tenho que dizer ao meu povo que se dirige ao portal que conduz ao palácio da justiça. No processo de conquistar nosso legítimo direito, nós não devemos ser culpados de ações de injustiças. Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade bebendo da xícara da amargura e do ódio.

Nós sempre temos que conduzir nossa luta num alto nível de dignidade e disciplina. Nós não devemos permitir que nosso criativo protesto se degenere em violência física. Novamente e novamente nós temos que subir às majestosas alturas da reunião da força física com a força de alma. Nossa nova e maravilhosa combatividade mostrou à comunidade negra que não devemos ter uma desconfiança para com todas as pessoas brancas, muitos de nossos irmãos brancos, como comprovamos pela presença deles aqui hoje, vieram entender que o destino deles é amarrado ao nosso destino. Eles vieram perceber que a liberdade deles é ligada indissolúvelmente à nossa liberdade.

Nós não podemos caminhar sós. Nós nunca estaremos satisfeitos enquanto o Negro for vítima dos horrores indizíveis da brutalidade policial. Nós nunca estaremos satisfeitos enquanto nossos corpos, pesados com a fadiga da viagem, não puderem ter hospedagem nos motéis das estradas e nos hotéis das cidades. Nós não estaremos satisfeitos enquanto um Negro não puder votar no Mississippi e um Negro em Nova Iorque acreditar que ele não tem motivo para votar. Não, não, nós não estamos satisfeitos e nós não estaremos satisfeitos até que a justiça e a retidão rolem abaixo como águas de uma poderosa correnteza. Eu tenho um sonho de que um dia esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença – nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que os homens são criados iguais.

Eu tenho um sonho de que um dia, nas colinas vermelhas da Geórgia, os filhos dos descendentes de escravos e os filhos dos descendentes dos donos de escravos poderão se sentar junto à mesa da fraternidade.

Eu tenho um sonho de que um dia, até mesmo o estado de Mississippi, um estado que transpira com o calor da injustiça, que transpira com o calor de opressão, será transformado em um oásis de liberdade e justiça.

Eu tenho um sonho de que minhas quatro pequenas crianças vão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter.

Eu tenho um sonho hoje!

(Trecho do Discurso de Martin Luther King. 28/08/1963. Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/sites/000/2/download/discursodemartinlutherking.pdf>. Adaptado.)

A ocorrência de crase em “nós viemos à capital” apresenta como justificativa:

- Composição de uma locução feminina.
- Fusão de preposição e artigo indefinido.
- Preposição exigida pelo termo regente seguida de artigo feminino.
- Formal verbal pertencente ao modo indicativo associada à palavra feminina.

Questão 06

O direito humano ao meio ambiente equilibrado

Em 2021, o Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu o meio ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano.

É recente a preocupação com o meio ambiente, que era visto como fonte inesgotável de recursos. O primeiro alerta para a questão coube à bióloga Rachel Carson, no livro “A primavera silenciosa”, em 1962, denunciando os danos da poluição por produtos químicos.

O Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 junho, remete à abertura da Conferência da ONU em Estocolmo (1972), que inseriu a preocupação ambiental na pauta dos líderes mundiais, lançando o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Seguiram-se encontros e tratados. Na Cúpula de 2015, foram definidos os novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030. Em 2021, o Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu o meio ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano. A ação humana é a preocupação central das discussões, com a meta de preservar a vida e o planeta.

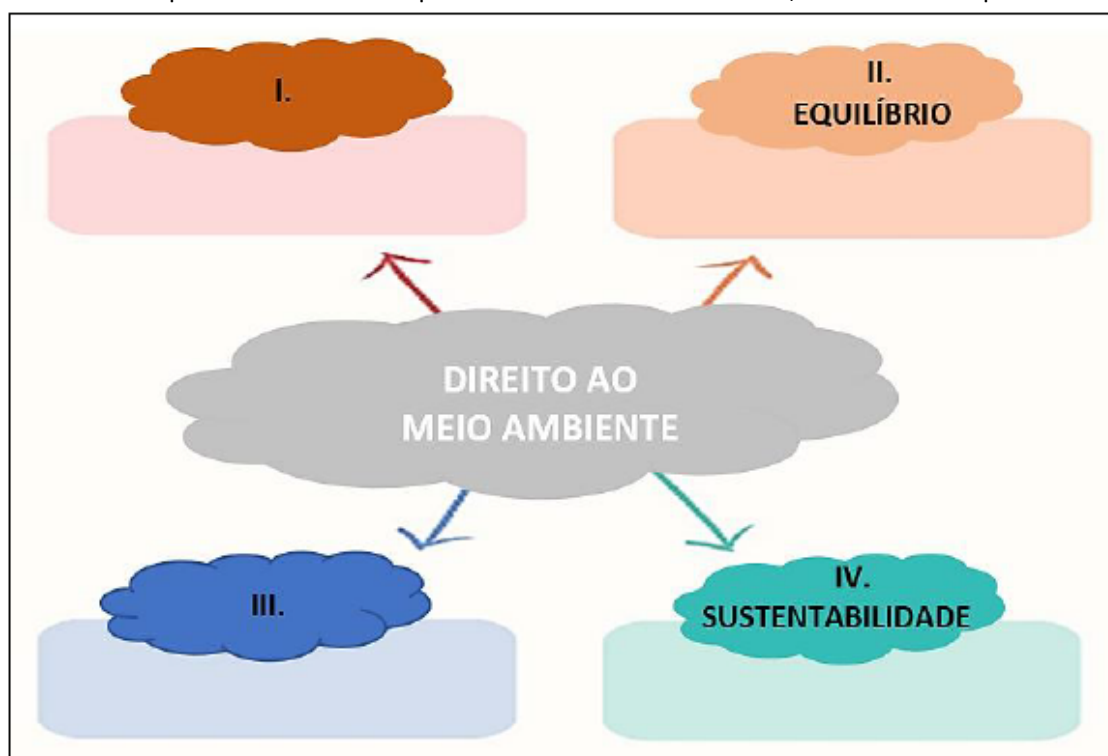
O conceito: desenvolvimento sustentável, incorporado ao discurso público da ONU em 1987 – relatório Nosso Futuro Comum – sintetiza o compromisso com o futuro: “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender as próprias necessidades”, apontando o flagelo da desigualdade. O desenvolvimento sustentável requer o atendimento das necessidades humanas pelo potencial produtivo, garantindo oportunidades iguais para todos.

No Brasil, a Lei 6.938/1981 definiu o meio ambiente como “conjunto de bens, influências e interações de ordem físicas, químicas e biológicas, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. O conceito incorpora a compreensão da ONU acerca dos múltiplos fatores que afetam os seres vivos e as atividades humanas. Institucionalizou a Política Nacional do Meio Ambiente, marco histórico-humanístico para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a segurança nacional e a proteção da dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, as organizações públicas, com grande peso no consumo de bens, são essenciais na implementação de políticas de sustentabilidade, preservando os bens naturais às gerações futuras.

(*Leomar Daroncho, Procurador do Trabalho. *Cynthia Maria Simões Lopes, Procuradora Regional do Trabalho. Correio brasileiro, junho de 2023 – Fragmento.)

De acordo com o conteúdo textual, considere o estabelecimento de um mapa conceitual que abarca de forma adequada as relações existentes entre as palavras e conceitos apresentados no texto em análise, conforme exemplificado a seguir.



Considerando as características de tal gênero textual desenvolvido anteriormente, assinale a indicação adequada para preenchimento das lacunas observadas.

I. Desigualdade: “Flagelo da desigualdade”.

II. Equilíbrio: “Meio ambiente limpo, saudável e sustentável”.

III. Reconhecimento institucional global: “Conselho, Conferência e Lei”.

IV. Sustentabilidade: “O desenvolvimento sustentável requer o atendimento das necessidades humanas pelo potencial

produtivo, garantindo oportunidades iguais para todos”.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) II e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.

Questão 07

Texto para responder a questão. Leia-o atentamente.

Livrarias, livros & leitura

Grandes livrarias fecham, que pena! Mas pena ainda maior é que, mesmo com elas abertas, o Brasil registrava (e ainda registra) poucos leitores. Pouco mais, pouco menos de 50% de nossa população é considerada leitora. Mas, se grandes livrarias fecham, pequenas livrarias abrem. Não é ótimo?

Entretanto, como se disse acima, é uma pena que livrarias – quaisquer livrarias – fechem as portas: a perda de qualquer espaço cultural é lamentável. E talvez a questão seja ainda mais complexa, porque esta perda de espaço para circulação (na verdade, compra e venda) de livros se acompanha de uma diminuição na produção deles.

Pesquisa recente da Câmara Brasileira de Livros registra, em 2019, 50,331 milhões de títulos produzidos para uma população de mais ou menos 193 milhões de pessoas e 46,382 milhões de títulos produzidos em 2020.

Que pena! Porém, não apenas livrarias estão rareando na paisagem urbana.

Onde foram parar os cinemas de rua? Filme, agora, quase que só no *shopping*... Ou, no sofá de casa, almofadas no chão, e algum serviço *on-line* de *streaming*. Livrarias e salas de cinema têm muito charme. As pequenas livrarias, que parecem multiplicar-se, talvez tenham até mais charme do que as de rede, quase sempre muito impessoais.

Mas o encerramento de livrarias e a diminuição de salas de cinema não provocam o fim dos livros, da leitura, de filmes. E os livros impressos em papel, com todas suas preciosas texturas, continuam existindo e coexistindo com o livro digitalizado e com o livro digital. Talvez vivamos um tempo parecido com o que assistiu à coexistência do livro manuscrito com o impresso, do encadernado com o de bolso.

Se Borges diz que “sempre imaginei que o Paraíso fosse uma espécie de livraria”, digamos que hoje temos vários modelos de Paraíso...

Será?

De qualquer forma, é fundamental não confundir a cultura e seus produtos com seus suportes e seus espaços de circulação. Ou seja: na telinha ou na página, quem quer ler, lê. E por isso precisamos nos esforçar para que a leitura se faça mais presente na vida de todos nós.

(Marisa Lajolo. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/opiniaio/opiniaio/livrarias-livros-leitura-1.949611>.)

“E talvez a questão seja ainda mais complexa, porque esta perda de espaço para circulação (na verdade, compra e venda) de livros se acompanha de uma diminuição na produção deles.” (2º§). Acerca do segmento destacado, assinale a afirmativa correta.

- a) A frase é uma metáfora, pois o sentido conotativo empregado de forma predominante no enunciado permite tal classificação.
- b) A primeira oração apresenta um ponto de vista referenciado pelo fato expresso na segunda com base em observação da realidade.
- c) As informações apresentadas possuem aspecto totalmente objetivo e têm como finalidade contribuir para o desenvolvimento do tema proposto.
- d) O emprego do termo “talvez” demonstra a intenção do enunciador de deixar dúvidas ao interlocutor acerca das informações apresentadas na frase.

Questão 08

A Lei nº 12.636/2012 traz consigo um simbolismo singular, na medida em que reconhece a importância da atividade dos procuradores e procuradoras no controle de legalidade dos atos administrativos e na defesa intransigente do patrimônio público, exercendo um importante papel de agente colaborador para efetivação das políticas públicas.

Esse reconhecimento consta expressamente da justificção daquele ato normativo: “Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses do Estado Democrático de Direito vigente em nosso país, conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais estabelecidos em nossa Constituição Federal, à viabilidade das políticas públicas do Estado brasileiro e à estabilidade jurídica das ações governamentais”.

E não poderia ser diferente. A Advocacia Pública, prevista na Constituição de 1988 como uma das funções essenciais à Justiça, é um órgão de caráter permanente e próprio de Estado, e, por isso, de vital importância à segurança jurídica, à consolidação da democracia e à implementação dos direitos fundamentais pelas três esferas da Federação Brasileira.

Enaltecer a atuação da Advocacia Pública — como reconhece a Lei nº 12.636/2012 — é essencial não apenas para fins de memória, registro e resgate histórico, mas, sobretudo, para reafirmar a sua identidade e sua vocação institucional. Somente se mantém coerente com seu DNA quem sabe os porquês e as razões de ser de sua existência.

São as advogadas e advogados públicos quem entregam aos gestores: federal, estaduais e municipais as soluções jurídicas adequadas e aptas à concretização das necessidades da população, por meio de atuações na assessoria e na consultoria jurídica, no contencioso administrativo e judicial ou ainda no controle de juridicidade dos atos administrativos. A Advocacia Pública representa, pois, interesse público primário, interesse de toda a sociedade, e não meramente “secundário” ou “do aparelho governamental” (essa antiga distinção precisa ser repensada a partir de uma leitura atenta do desenho constitucional e do modelo de Estado estabelecidos pela CF 1988). Não por acaso, uma das razões da Advocacia Pública, se não a maior e mais importante, consiste em ser um instrumento de concretização de direitos fundamentais.

(Gustavo Machado Tavares. Revista Consultor Jurídico, 7 de março de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mar07/gustavo-tavaresdia-advocacia-publica-celebracao-reflexao#author>. Adaptado.)

Acerca das ideias expressas no texto, depreende-se que:

- a) As necessidades da população são prioridades que demandam ações de intervenção, com resultados assegurados, constantes no âmbito da jurisprudência.
- b) Os atos normativos são o único e possível referencial para que a importância atribuída às variadas práticas no controle da legalidade seja considerada.
- c) O reconhecimento da relevância da função pertinente à atividade própria da Advocacia Pública coaduna-se com a tese defendida pelo enunciador.
- d) Embora o Estado Democrático de Direito vigente em nosso país possua valores e interesses próprios, cabe ao serviço público intervir de modo particular nas mais diversas demandas.
- e) No controle da legalidade dos atos administrativos, os agentes – envolvidos das mais variadas formas em tais processos – exercem – *a priori* – um protagonismo que os coloca no centro das questões que lhes são relacionadas.

Questão 09

De certo modo, nós viemos à capital de nossa nação para trocar um cheque. Quando os arquitetos de nossa república escreveram as magníficas palavras da Constituição e a Declaração da Independência, eles estavam assinando uma nota promissória para a qual todo americano seria seu herdeiro. Esta nota era uma promessa de que todos os homens, sim, os homens negros, como também os homens brancos, teriam garantidos os direitos inalienáveis de vida, liberdade e a busca da felicidade. Hoje é óbvio que aquela América não apresentou esta nota promissória. Em vez de honrar esta obrigação sagrada, a América deu para o povo negro um cheque sem fundo, um cheque que voltou marcado com “fundos insuficientes”. Mas nós nos recusamos a acreditar que o banco da justiça é falível.

Nós nos recusamos a acreditar que há capitais insuficientes de oportunidade nesta nação. Assim nós viemos trocar este cheque, um cheque que nos dará o direito de reclamar as riquezas de liberdade e a segurança da justiça.

Mas há algo que eu tenho que dizer ao meu povo que se dirige ao portal que conduz ao palácio da justiça. No processo de conquistar nosso legítimo direito, nós não devemos ser culpados de ações de injustiças. Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade bebendo da xícara da amargura e do ódio.

Nós sempre temos que conduzir nossa luta num alto nível de dignidade e disciplina. Nós não devemos permitir que nosso

criativo protesto se degenera em violência física. Novamente e novamente nós temos que subir às majestosas alturas da reunião da força física com a força de alma. Nossa nova e maravilhosa combatividade mostrou à comunidade negra que não devemos ter uma desconfiança para com todas as pessoas brancas, muitos de nossos irmãos brancos, como comprovamos pela presença deles aqui hoje, vieram entender que o destino deles é amarrado ao nosso destino. Eles vieram perceber que a liberdade deles é ligada indissolavelmente à nossa liberdade.

Nós não podemos caminhar sós. Nós nunca estaremos satisfeitos enquanto o Negro for vítima dos horrores indizíveis da brutalidade policial. Nós nunca estaremos satisfeitos enquanto nossos corpos, pesados com a fadiga da viagem, não puderem ter hospedagem nos hotéis das estradas e nos hotéis das cidades. Nós não estaremos satisfeitos enquanto um Negro não puder votar no Mississippi e um Negro em Nova Iorque acreditar que ele não tem motivo para votar. Não, não, nós não estamos satisfeitos e nós não estaremos satisfeitos até que a justiça e a retidão rolem abaixo como águas de uma poderosa correnteza. Eu tenho um sonho de que um dia esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença – nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que os homens são criados iguais.

Eu tenho um sonho de que um dia, nas colinas vermelhas da Geórgia, os filhos dos descendentes de escravos e os filhos dos descendentes dos donos de escravos poderão se sentar junto à mesa da fraternidade.

Eu tenho um sonho de que um dia, até mesmo o estado de Mississippi, um estado que transpira com o calor da injustiça, que transpira com o calor de opressão, será transformado em um oásis de liberdade e justiça.

Eu tenho um sonho de que minhas quatro pequenas crianças vão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter.

Eu tenho um sonho hoje!

(Trecho do Discurso de Martin Luther King. 28/08/1963. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/discursodemartinlutherking.pdf>. Adaptado.)

De acordo com o texto apresentado, é possível reconhecer que são empregados alguns recursos com o objetivo de envolver o interlocutor, tais como:

- a) Emoção e ineditismo.
- b) Emoção e objetividade.
- c) Ineditismo e encadeamento lógico.
- d) Objetividade e observação da realidade.

Questão 10

Texto para responder à questão.

Crise da Venezuela é teste para instituições da América Latina

A crise na Venezuela, talvez o maior colapso econômico não provocado por uma guerra nas últimas quatro décadas, deu início a um dos maiores fluxos migratórios do mundo. De acordo com as Nações Unidas, até junho de 2019 mais de 4 milhões de pessoas haviam fugido do país, com uma média de 5 mil pessoas saindo por dia em 2018. Mais de 80% dos imigrantes venezuelanos ficaram em nações da América Latina ou do Caribe, muitas das quais nunca haviam lidado com migrações desse porte anteriormente.

Com o intenso impacto sentido na região, é de se pensar que a reação seria hostil nesta era em que o nativismo aumenta mundialmente e que o crescimento econômico na região é anêmico. Em um primeiro momento, porém, ela foi positiva, embora a tensão venha aumentando. Com um grupo de estudantes, conduzimos uma pesquisa em sete países da região e encontramos exemplos de boas e más reações, incluindo sinais de piora.

Boa parte do debate gira em torno da oferta de serviços essenciais, como comida, saúde, moradia, apoio jurídico e inserção no mercado de trabalho. A maioria dos imigrantes venezuelanos é pobre e tem pouca formação acadêmica, precisando, portanto, de diversos tipos de apoio social, algo que tem custos incrivelmente altos para os governos que já não possuem muitos fundos.

Ainda que a maioria dos países ofereça pelo menos o mínimo desses serviços e que muitos colaborem internacionalmente para assegurar mais apoio estrangeiro, pesquisas mostram que boa parte dos imigrantes não está recebendo apoio suficiente. Em países em que imigrantes venezuelanos representam mais de 1,5% da população (Equador, Chile, Colômbia, Trinidad e Tobago

e o estado de Roraima, no Brasil), o esgotamento já é visível. Alguns governos precisaram contar demasiadamente com apoio de organizações estrangeiras (especialmente o Equador), ou até mobilizar as Forças Armadas para auxiliar com operações logísticas e humanitárias, como no caso do Brasil. As duas coisas são sinais de desespero.

Acolher imigrantes envolve, também, oferecer opções jurídicas para sua chegada e residência. Para os venezuelanos, um passaporte válido pode ser custoso, quando não impossível. O governo venezuelano sempre atrasou consideravelmente a emissão de passaportes — e com taxas desnecessariamente altas — e desde 2017 suspendeu indefinidamente agendamentos e renovações por falta de material. É ainda mais difícil para os venezuelanos conseguir outros documentos, como certidões de bons antecedentes criminais, requisito para a entrada em países mais restritos, como o Equador. [...]

As instituições e a opinião pública na América Latina têm sido testadas pela crise da Venezuela. O assunto já se tornou motivo de discussão na eleição chilena de 2017, com um dos principais candidatos assumindo um discurso claramente anti-imigração. Felizmente, a região é protegida por normas internacionais pró-imigração, organizações civis robustas e políticos simpáticos à causa. Mas essas defesas podem não ser suficientes para conter o aumento do nativismo causado pela pior onda migratória em décadas.

(Javier Corrales, da Americas Quarterly, traduzido por Daniel Salgado, 14/07/2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/crise-da-venezuela-teste-para-instituicoes-da-america-latina-23802888>. Com adaptações.)

A seguir foram indicadas sugestões de frases que deveriam sintetizar as ideias principais de cada parágrafo do texto em análise.

Primeiro parágrafo: Crise na Venezuela e fluxo migratório.

Segundo parágrafo: Importância da pesquisa científica para estudantes.

Terceiro parágrafo: Necessidades básicas dos imigrantes venezuelanos.

Quarto parágrafo: Atendimento insuficiente aos imigrantes.

Quinto parágrafo: Condições de acolhimento restritas no Equador.

Sexto parágrafo: A eleição chilena de 2017.

Estão corretamente indicadas as que se referem aos:

- a) Quarto, quinto e sexto parágrafos.
- b) Segundo, quarto e sexto parágrafos.
- c) Primeiro, terceiro e quarto parágrafos.
- d) Primeiro, segundo e terceiro parágrafos.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

Questão 11

Em Fevereiro de 2018, foi decretada pelo então Presidente da República, por meio de Decreto, a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, que teve por escopo “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública” naquele Estado. Nos termos preconizados pela Constituição Federal, havendo fato semelhante em outro Estado da Federação, como aconteceu no Estado do Rio de Janeiro, o Presidente da República, para decretação da intervenção federal no Estado,

- a) dependerá de solicitação do Poder Legislativo ou Executivo local e prévia autorização do Congresso Nacional.
- b) não dependerá de qualquer autorização prévia do Congresso Nacional ou solicitação do Poder Executivo do Estado.
- c) dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
- d) dependerá de requisição do Tribunal de Justiça do Estado e autorização prévia do Congresso Nacional.
- e) dependerá, apenas, de autorização prévia do Congresso Nacional.

Questão 12

A partir da delimitação feita no texto **Ética e Administração Pública: Uma Abordagem a Partir de Três Modelos Normativos**, assinale a opção correta a respeito do conceito de ética.

- a) A ética pressupõe uma reflexão sobre o modo de agir do ser humano conforme determinada estrutura de valores.
- b) A ética limita-se à reflexão sobre as normas de conduta da sociedade global e atemporal.

- c) A reflexão sobre a ética é superficial e automática.
- d) A ética apenas se atém aos princípios morais que norteiam a ação do ser humano.
- e) A ética dedica-se exclusivamente às relações entre os cidadãos e o Estado.

Questão 13

Os conceitos de ética e moral estão relacionados a noções de certo e errado, bem e mal. Embora, às vezes, os conceitos sejam usados de forma intercambiável, representam preceitos filosóficos diferentes, porque a ética

- a) é estruturada pelo grupo, não deixando margem de escolha individual.
- b) consiste em princípios gerais definidos pelo grupo.
- c) é governada por normas sociais e culturais.
- d) é regida por normas legais ou profissionais aplicadas aos indivíduos.
- e) tende a variar de uma sociedade para outra e depende de fatores como religião e cultura.

Questão 14

Julgue os itens a seguir, relativos a ética, princípios e valores no âmbito da administração pública.

I O princípio da transparência autoriza o agente público a divulgar todos os seus atos administrativos em mídias sociais.

II Entre administrados iguais entre si, é sempre vedado à administração pública estabelecer diferenças ou privilégios na execução de suas atividades.

III Os deveres de moralidade e probidade impõem à administração pública cumprir estritamente a legalidade.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Questão 15

Em dezembro de 2014, o prefeito de determinado município brasileiro recebeu do proprietário de um supermercado local, a título de presente de Natal, uma caixa de garrafas de champanhe francês, cujo valor total ultrapassava os R\$ 20 mil. No entanto, no início do ano seguinte, o empresário, fazendo menção ao regalo, solicitou que o prefeito intercedesse em seu favor em disputa judicial cujo objeto era um terreno público no qual havia construído um galpão para a armazenagem de produtos.

Nessa situação hipotética, do ponto de vista ético, a atitude do prefeito em aceitar o presente

- a) foi condenável: o prefeito, ao receber o presente, comprometeu a lisura e a transparência, fundamentais aos atos da administração pública.
- b) só seria condenável se o prefeito intercedesse judicialmente em favor do empresário e a decisão judicial fosse benéfica ao interessado: o simples recebimento de presentes não é crime típico.
- c) não foi condenável: o Estado, ao enaltecer a confiança entre os membros da sociedade, considera a lealdade entre eles um valor superior e um fim moral.
- d) não foi condenável: mesmo aceitando o presente do empresário, o prefeito tem como compromisso atender às solicitações da comunidade em geral, desde que elas não sejam públicas.
- e) só seria condenável se o prefeito aceitasse interceder pelo empresário na disputa judicial: o recebimento de presentes e valores, por si só, não é crime típico.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Questão 16

Em termos regionais, o estado do Maranhão ocupa a 4ª posição quanto à importância do setor industrial. Este setor

- a) recebeu maior impulso no início do século XXI, quando foram instaladas as indústrias metalúrgicas que passaram a ser o carro-chefe do processo industrializante.
- b) teve forte impulso entre as décadas de 1950 e 1960, quando o plano das Metas de Juscelino Kubitschek facilitou o desenvolvimento de setores produtivos maranhenses.
- c) cresceu de forma expressiva nos anos de 1970, quando o “milagre brasileiro” promoveu a descentralização das atividades

industriais até então concentradas no Sudeste.

d) passou a apresentar maior crescimento nas últimas décadas do século XX com os incentivos fiscais dos governos federal e estadual e as facilidades de crédito para atrair investidores.

e) permaneceu pouco expressivo até os anos de 1990, quando o Estado brasileiro retornou o papel de indutor do desenvolvimento, aplicando capitais em vários estados, inclusive no Maranhão.

Questão 17

Considere o mapa e os textos a seguir.

Maranhão – Mesorregiões



(Disponível em: <https://www.bnb.gov.br>)

I. Com 52 municípios, produziu 21,1% do PIB do estado em 2015, concentrando 17,4% do mercado de trabalho formal estadual. Revela maior predominância nas atividades econômicas da indústria, com peso da construção civil e da indústria de transformação, agregada à produção de papel e celulose. Cabe notar o destaque da formação de riqueza gerada no município que participa com 7,6% do PIB Estadual, sediando o parque fabril da empresa Suzano Papel e Celulose.

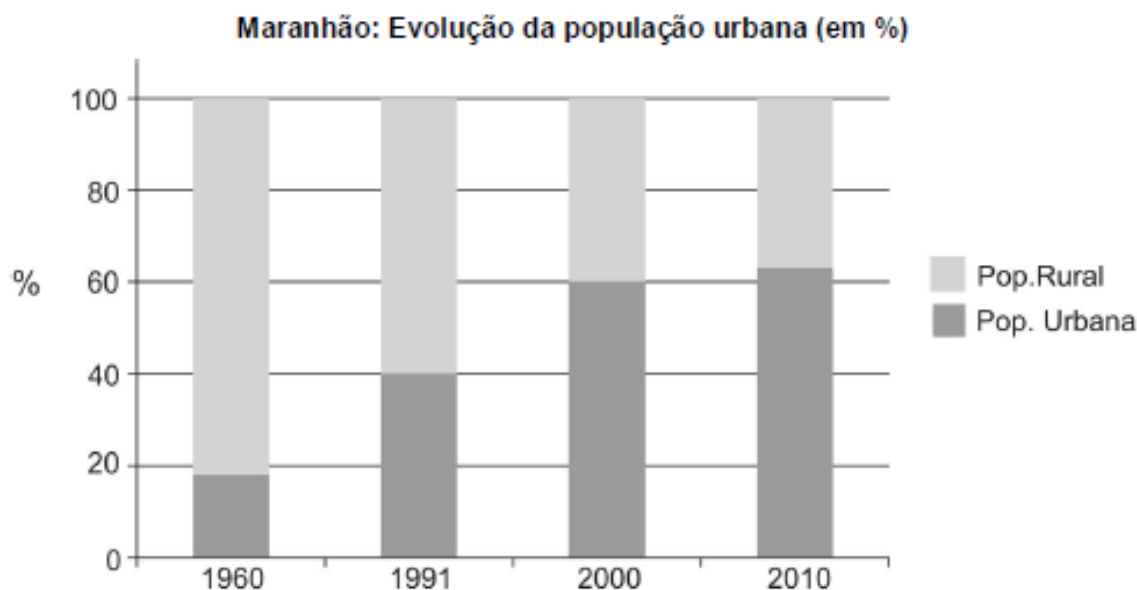
II. A Mesorregião participou com 8,7% do PIB estadual em 2015. Embora composta por 19 municípios e com pouco mais de 5,3% do emprego formal do estado, a Mesorregião apresenta o maior PIB per capita maranhense, influenciado pelo complexo soja- milho e algodão, e o menor contingente populacional, com 4,7% da população do estado.

Os textos I e II descrevem, respectivamente, as mesorregiões

- a) 4 e 3.
- b) 2 e 1.
- c) 1 e 5.
- d) 4 e 5.
- e) 2 e 4.

Questão 18

Considere o gráfico e as afirmações a seguir.



(IBGE: Censos)

I. No período entre 1960 e 2010, o número de municípios no estado cresceu mais de 100%, totalizando 217; no entanto, apenas 10 municípios concentram 1/3 da população maranhense.

II. A criação da região metropolitana de São Luís, no início da década de 1990, deu forte impulso à urbanização do estado e, em 2017, a Grande São Luís tornou-se a terceira região metropolitana do Nordeste.

III. Nas últimas décadas, o êxodo rural e o avanço da tecnologia no campo tiveram forte impacto sobre a redução da população rural e, conseqüentemente, sobre o total de trabalhadores rurais no estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II.
- e) II e III.

Questão 19

Recentemente, o Maranhão entrou em emergência por causa de incêndios. Somente em outubro, foram registrados mais de quatro mil focos. As queimadas sem controle já desabrigaram cem famílias em cinco cidades no leste do Maranhão, em menos de uma semana.

Internet: <<http://g1.globo.com>> (com adaptações).

Uma das conseqüências dos incêndios no Maranhão é o

- a) aumento da área do bioma semiárido nordestino.
- b) esvaziamento permanente das populações atingidas.
- c) aumento da fertilidade dos solos das áreas de cultivo agrícola do estado, graças ao acréscimo de carbono.
- d) decréscimo da biodiversidade local.
- e) combate a pragas que assolam as safras e os parques nacionais.

Questão 20

A Batalha do Jenipapo e o Cerco de Caxias são episódios que impactaram a história do Maranhão e se situam na conjuntura da

- a) Guerra de Independência ocorrida no Meio- Norte da América Portuguesa, território que não aderiu prontamente ao Império do Brasil, dada a forte presença militar e comercial portuguesa na região.
- b) Balaiada, caracterizada como uma revolta republicana que contou com a adesão de diversos setores sociais, contra o Império do Brasil, então dominado pela Casa de Bragança e pela Corte Portuguesa.
- c) Cabanagem, movimento de amplas dimensões que se originou no Grão- Pará e alcançou o Maranhão, marcado por grande participação popular, incluindo indígenas, quilombolas e escravos.
- d) Revolta de Bequimão, desencadeada pela reação de fazendeiros e donos de engenho contra o monopólio das companhias de comércio portuguesas.
- e) Guerra de combate à Invasão Holandesa, que resultou na vitória das forças nativistas luso-brasileiras após a expulsão das tropas de Maurício de Nassau.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Questão 21

São requisitos básicos para a investidura em cargo público:

- a) idade mínima de 21 anos e gozo dos direitos políticos.
- b) aptidão física e mental e idade mínima de 21 anos.
- c) quitação das obrigações militares e eleitorais e nacionalidade brasileira.
- d) nacionalidade brasileira e certidão negativa de débito trabalhista.

Questão 22

De acordo com a Lei n.º 6.107/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Maranhão, a reintegração ocorrerá em decorrência

- a) da investidura do servidor estável em cargo de atribuições compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.
- b) do retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- c) da reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial.
- d) da elevação do servidor de uma classe para outra imediatamente superior, no mesmo cargo, dentro da mesma carreira.
- e) da inabilitação do servidor em estágio probatório relativo a outro cargo.

Questão 23

Conforme a Lei estadual nº 6.107 de 1994, readaptação é

- a) o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.
- b) o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- c) a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- d) a investidura do servidor estável em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- e) o deslocamento do servidor com o respectivo cargo, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo órgão e Poder, com ou sem mudança de sede.

Questão 24

Célio, servidor estável da ALEMA, foi eleito como Prefeito e deverá cumprir mandato eletivo pelo período de quatro anos. Assim, deverá ser afastado de seu cargo na ALEMA. Analise as afirmativas a seguir:

I - Célio, por ter sido afastado de suas funções na ALEMA, ficará obrigatoriamente com a remuneração do cargo de Prefeito

II - Célio continuará contribuindo para a previdência social como se em exercício estivesse

III - Célio, em caso de necessidade da administração pública, não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para

localidade diversa de onde está exercendo seu mandato

Considerando as disposições contidas no Estatuto do Servidor Público do Maranhão, marque a opção que cita a(s) afirmativa(s) correta(s):

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) II.
- d) I, II e III.

Questão 25

Atenção: Para responder à questão, considere a Lei nº 6.107/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão).

É considerada ausência justificada, contada, portanto, como tempo de efetivo exercício para os servidores públicos do Estado do Maranhão:

- a) o exercício das atribuições de cargo em comissão em órgãos ou entidades nos âmbitos municipal, estadual e federal.
- b) licença por prisão do servidor quando absolvido por decisão passada em julgado ou quando dela não resultar processo ou condenação.
- c) desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, inclusive para promoção por merecimento ou avaliação de desempenho.
- d) período de interrupção, quando o servidor for reabilitado em processo de revisão.
- e) licença para seu próprio tratamento de saúde, desde que o afastamento seja no máximo por um ano.

Questão 26

Para responder à questão, considere a Lei nº 6.107/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão).

Sérgio é servidor público do Estado do Maranhão e recebeu um convite para assumir outro cargo público remunerado. Neste caso,

- a) ele não poderá acumular cargos públicos, em qualquer hipótese, ainda que receba remuneração pela participação em Conselho de Administração e Fiscal de Empresa Pública Estadual.
- b) ele não poderá aceitar o convite, pois de forma alguma é possível acumular remuneradamente dois cargos públicos.
- c) ele não poderá acumular cargos públicos, em qualquer hipótese, ainda que receba remuneração pela participação em Conselho de Administração e Fiscal de Sociedade de Economia Mista.
- d) ele poderá acumular cargos públicos desde que em autarquias e empresas públicas.
- e) ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, ele não poderá acumular remuneradamente dois cargos públicos.

Questão 27

Pela suposta prática de falta funcional, foi instaurado procedimento administrativo disciplinar contra Luiz, servidor público estadual. Luiz respondeu, relativamente aos mesmos fatos, a ação penal ajuizada pelo MP local. À luz da disciplina da responsabilização dos servidores públicos, é correto afirmar que, nessa situação hipotética,

- a) eventual sentença absolutória criminal fundamentada no fato de a conduta do servidor público não constituir infração penal não impede a aplicação de penalidade em âmbito administrativo, com base na chamada falta residual.
- b) em razão da independência entre as instâncias administrativa e penal, eventual sentença absolutória criminal não repercutirá na esfera administrativa.
- c) eventual sentença absolutória criminal fundamentada na falta de provas implicará absolvição na esfera administrativa.
- d) em razão da possível influência da sentença criminal na instância administrativa, o procedimento administrativo disciplinar deverá permanecer suspenso até o término da ação penal.
- e) eventual sentença extintiva da punibilidade do crime, independentemente de seu fundamento, implicará no arquivamento do procedimento administrativo disciplinar.

Questão 28

Atenção: Para responder à questão, considere a Lei nº 6.107/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão).

Ernesto, na qualidade de servidor público do Estado do Maranhão, foi afastado preventivamente de seu cargo durante trinta dias, para apuração de seu envolvimento em irregularidades em seu local de trabalho. Ao término do processo, Ernesto recebeu formalmente uma advertência. Nesse caso, em relação ao período em que esteve afastado preventivamente, ele

- a) terá direito à contagem do tempo de serviço relativo ao período do afastamento, pela metade, por ter recebido uma advertência.
- b) não terá direito à contagem do tempo de serviço relativo ao período do afastamento.
- c) terá direito à contagem do tempo de serviço relativo ao período do afastamento, uma vez que não poderia ter sido afastado preventivamente de seu cargo.
- d) não terá direito à contagem do tempo de serviço relativo ao período do afastamento por ter recebido uma advertência.
- e) terá direito à contagem do tempo de serviço relativo ao período do afastamento.

Questão 29

Rosa é titular do 1º Ofício Extrajudicial no município de Imperatriz. No desempenho de suas atribuições, ela praticou infração de considerável gravidade, pelo que foi necessário o afastamento preventivo de Rosa das suas funções. Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 14/1991, assinale a afirmativa correta.

- a) Enquanto estiver afastada preventivamente, Rosa fará jus à terça parte da renda líquida da serventia.
- b) Rosa poderá ser suspensa preventivamente de suas funções pelo prazo de noventa dias, prorrogável por igual período.
- c) Tão logo seja afastada preventivamente das funções, o Corregedor- Geral da Justiça ou o juiz processante nomeará interventor para responder pela serventia.
- d) O afastamento de Rosa poderá ser determinado pelo Corregedor- Geral da Justiça ou pelo juiz processante, sendo que, neste último caso, o prazo máximo de afastamento será de trinta dias.

Questão 30

Um adolescente, cumprindo internação na Fundação da Criança e do Adolescente-Funac pela prática de ato infracional, impetra *habeas corpus* contra a decisão do juiz de Direito que lhe aplicou a medida. Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, a competência para processar e julgar o pedido é

- a) da Câmara Especial.
- b) das Câmaras Isoladas Cíveis.
- c) das Câmaras Isoladas Criminais.
- d) das Câmaras Criminais Reunidas.
- e) das Câmaras Cíveis Reunidas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Questão 31

A atuação do Poder Público depende da aplicação de um conjunto de regras e princípios que regem suas atividades. Trata-se do regime jurídico concernente ao exercício da função administrativa. Nesta toada, no que tange aos princípios aplicáveis à administração pública, assinale a afirmativa correta.

- a) A inserção da eficiência administrativa no *caput* do Art. 37 da Constituição Federal ocorreu em uma pretensão de superação da administração pública gerencial, passando para uma administração pública burocrática e autônoma.
- b) Em atenção à crise da legalidade, tanto funcional quanto estrutural, atualmente pode-se entender a legalidade de maneira mais ampla, dentro de uma ideia de juridicidade, englobando todo o direito e não só as leis em sentido formal.
- c) O regime jurídico aplicável à administração pública é invariavelmente o de direito público, devido à verticalidade nas relações travadas pelo Poder Público e decorrente do princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.
- d) A moralidade administrativa, que acaba por se confundir com a moral comum, encontra-se associada a comportamentos pautados na boa-fé e na honestidade. Este princípio tem aplicação relativizada no que tange à atuação dos agentes políticos.

Questão 32

Quanto ao controle judicial dos atos administrativos discricionários, no âmbito dos juizados especiais, assinale a alternativa correta.

- a) O Juiz não pode revogar ato administrativo discricionário eivado de vício de legalidade.
- b) O ato administrativo discricionário válido prescinde de ser praticado por agente competente.
- c) O vício de motivo do ato administrativo também pode ser denominado vício de motivação do ato.
- d) O mérito do ato administrativo diz respeito à escolha de conveniência quanto à finalidade do ato.

Questão 33

Em uma manhã de domingo, Marcos saiu para passear com a filha Maria. Foram caminhando até a “Praça da Felicidade”, local público onde comumente as pessoas se reúnem para a prática de esportes. Uma praça pública é considerada:

- a) Bem público dominical.
- b) Bem público de uso natural.
- c) Bem público de uso comum.
- d) Bem público de uso especial.

Questão 34

Nos termos da Lei Complementar nº 491/2010, que cria o Estatuto Jurídico Disciplinar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina, é **correto** afirmar que:

- a) A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, prescindirá de comunicação a outras autoridades e Ministério Público.
- b) Se o servidor estiver respondendo a mais de um procedimento administrativo disciplinar, todos deverão ter prosseguimento até que haja a demissão em um deles.
- c) O sobrestamento do processo administrativo disciplinar em virtude de ações na esfera judicial contra o servidor acusado é automático e suspende os prazos administrativos.
- d) A autoridade que, de qualquer modo, tiver conhecimento de irregularidade no serviço público é obrigada a promover sua apuração imediata, pelos procedimentos legais, assegurado ao acusado a ampla defesa.
- e) A autoridade competente determinará a expedição de decreto constituindo a comissão, que será posteriormente submetido ao respectivo órgão jurídico e à Procuradoria-Geral do Estado, para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais.

Questão 35

Lei estadual dispôs que: “Artigo X – A Administração Pública anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, salvo quando ultrapassado o prazo de dez anos contado de sua produção”. Ao compulsar a Lei Federal nº 9.784/1999 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa **correta**.

- a) Padece de vício de constitucionalidade a legislação estadual ao regular sobre o tema, pois, ao assim fazer, invade a competência privativa da União para legislar sobre direito civil.
- b) O referido dispositivo legal é constitucional, uma vez que se aplica o prazo quinquenal da Lei Federal nº 9.874/1999 somente quando se observar ausente regra local, o que não é o caso.
- c) Lei estadual que disciplina o prazo decadencial para o exercício da autotutela pela Administração Pública local ofende a competência da União Federal para editar normas gerais sobre licitações e contratos.
- d) Por violação à isonomia, o dispositivo merece ser tido como inconstitucional, considerando que os demais estados da Federação aplicam, indistintamente, o prazo quinquenal para anulação de atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos administrados, consolidando-o como marco temporal geral nas relações entre o poder público e particulares.

Questão 36

Em relação ao funcionamento da responsabilização civil no ordenamento jurídico vigente, assinale a alternativa correta.

- a) Nos contratos benéficos, responde por simples culpa o contratante, a quem o contrato aproveite.
- b) Nos contratos onerosos, responde cada uma das partes por dolo, salvo as exceções previstas em Lei.
- c) O devedor responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não houver por eles se isentado.
- d) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, comete ato ilícito, salvo se o dano for exclusivamente moral.

Questão 37

Ana e Marcos estão noivos e vão se casar adotando o regime de comunhão parcial de bens. Sendo assim, eles decidiram adquirir um apartamento, que será a primeira moradia do casal. O bem é adquirido em nome de Marcos, mas dois anos após o casamento, por livre e espontânea vontade, ele decide doar o apartamento a Ana. Decorridos mais três anos de casamento, Ana e Marcos decidem se divorciar. Nos termos do Código Civil, e considerando o caso hipotético, podemos afirmar que, com o divórcio, Marcos:

- a) Terá direito a um terço do apartamento.
- b) Terá direito à meação quanto ao apartamento, pois o bem foi doado na constância do casamento.
- c) Não terá direito à meação quanto ao apartamento, pois o bem foi doado a Ana na constância do casamento.
- d) Terá direito à meação quanto ao apartamento, pois ele e Ana são casados em regime de comunhão parcial de bens.
- e) Terá direito à meação quanto ao apartamento, pois o bem foi adquirido por ele anteriormente à data do casamento.

Questão 38

Em relação aos testamentos, assinale a alternativa **correta**.

- a) Somente pessoas maiores de 18 (dezoito) anos podem dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens disponíveis, ou

de parte deles, para depois de sua morte.

- b) O testamento particular e o cerrado poderão ser escritos em idioma estrangeiro. Neste caso, o tabelião solicitará a presença de um tradutor habilitado para servir de intérprete e assinar o instrumento público.
- c) Para efeitos de testamento, considera-se capaz a pessoa que possa expressar, perante o tabelião de notas, sua vontade de forma clara e consciente, sendo que para os maiores de 80 (oitenta) anos exige-se prova de capacidade clínica ou de atestado médico.
- d) São requisitos essenciais do testamento público: ser escrito por tabelião de notas ou por substituto legal em seu livro de notas, de acordo com as declarações do testador, não podendo este servir-se de minuta, notas ou apontamentos; lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião de notas ou por substituto legal ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do tabelião de notas; e, ser o instrumento, em seguida à leitura, assinado pelo testador, pelas testemunhas e pelo tabelião de notas ou por seu substituto legal.

Questão 39

Liang Akame é pesquisadora no campo das Ciências Sociais, sendo um dos seus objetos de interesse a organização dos textos constitucionais nos diversos países do mundo. Ao se deparar com uma Constituição, em que parte do texto pode ser modificada por procedimentos mais simples e outra parte somente por procedimento com iniciativa e quórum especial e, portanto, com maior dificuldade, configura que essa Constituição deve ser classificada como:

- a) Semi-rígida.
- b) Semi-sintética.
- c) Semi-outorgada.
- d) Semi-democrática.

Questão 40

Lei Xiao Chen é parlamentar no Estado WW e pretende apresentar projeto para rever a Constituição do seu país por considerá-la desconectada com a realidade social local e mundial. Após contatar vários colegas parlamentares, verificou que sua proposta teria grande possibilidade de aprovação. O único ponto de debate seria o mecanismo que deveria ser utilizado para a reforma, tendo em vista a sua amplitude. Após amplo debate, concluiu-se que deveria prevalecer a tese da representação que, nos termos da doutrina constitucional prevalente, deve ser corporificada através de:

- a) Eleição direta.
- b) Plebiscito especial.
- c) Referendo popular.
- d) Assembleia Constituinte.

Questão 41

De acordo com a CRFB, sobre a desapropriação, estão corretas as seguintes informações, **EXCETO**:

- a) É de competência privativa da União, legislar sobre desapropriação.
- b) É insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra.
- c) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 (vinte) anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- d) É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da Lei Federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena exclusiva de desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Questão 42

A Constituição do Estado de Santa Catarina reconhece ao Estado as seguintes competências, **EXCETO**:

- a) Explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, cuja regulamentação depende de lei ou medida provisória.
- b) Elaborar e executar planos metropolitanos, regionais e microrregionais de desenvolvimento, podendo produzir atos legislativos para tanto.
- c) Explorar os recursos hídricos de seu domínio e os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiro, diretamente ou mediante delegação.
- d) Explorar serviços e instalações de energia elétrica, em articulação com a União e com a colaboração do setor privado, mediante autorização, concessão ou permissão.

e) Firmar acordos e compromissos com outros Estados e entidades de personalidade internacional, desde que não afetem a soberania de seu povo nem ofendam princípios.

Questão 43

A Constituição Federal franqueia aos Estados-membros da Federação a elaboração de Constituição própria que pode dispor, inclusive, sobre o processo legislativo e as exigências e vedações conferidas aos deputados estaduais. Em relação aos deputados estaduais eleitos no Estado de Santa Catarina, face ao disposto na Constituição estadual, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente a partir da posse os deputados serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.
- b) Recebida a denúncia em face de deputado, por crime ocorrido após a diplomação, não será mais possível sustar a ação penal correspondente.
- c) A partir da diplomação os deputados não podem ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- d) A partir da diplomação, os Deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que os autos serão remetidos à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- e) Somente a partir da posse, os deputados estão vedados de firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, exceto no caso de o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

Questão 44

O Código Penal brasileiro adotou o critério trifásico para o cálculo da pena a ser aplicada ao condenado. Desta feita, o referido diploma legal estabeleceu, de maneira ordenada, o caminho que o Juiz deve, necessariamente, seguir para encontrar a pena definitiva numa situação concreta. Assinale a alternativa que representa, correta e ordenadamente, as três fases de aplicação da pena:

- a) Fixação da pena-base; análise das circunstâncias judiciais; e, consideração das causas de diminuição e aumento.
- b) Fixação da pena-base; consideração das causas de diminuição e aumento; e, consideração das circunstâncias atenuantes e agravantes.
- c) Fixação da pena-base; consideração das circunstâncias atenuantes e agravantes; e, consideração das causas de diminuição e aumento.
- d) Fixação da pena-base; consideração das causas de diminuição e aumento; e, verificação acerca da substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.
- e) Fixação da pena-base; consideração das circunstâncias atenuantes e agravantes; e, verificação acerca da substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.

Questão 45

“Conduta que expressa a defesa de interesse privado, realizada de forma direta ou indireta, perante a Administração Pública, fazendo uso do cargo de funcionário público.”

Tratase de:

- a) Concussão.
- b) Corrupção.
- c) Prevaricação.
- d) Advocacia administrativa.

Questão 46

Em determinada petição inicial, o advogado fez constar um pedido de reconhecimento de inexistência de dívida e, se indeferido o primeiro, um segundo pedido de parcelamento da dívida. Nos termos do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa **correta**.

- a) O pedido é ilícito, pois é vedado fazer mais de um pedido quando entre eles não haja conexão.
- b) Até o prazo para a contestação, o advogado poderá aditar ou alterar o pedido, excluindo um deles.
- c) A hipótese ofende a boa técnica processual, já que o pedido deve ser certo e não contraditório.
- d) O pedido em ordem subsidiária é lícito, devendo o juiz conhecer o posterior após não acolher o anterior.

Questão 47

Nos termos do Código de Processo Civil, algumas matérias, preliminares ao mérito na contestação, devem ser conhecidas de ofício pelo juiz. É considerada como matéria prejudicial de mérito e não preliminar de mérito a alegação de:

- a) Ocorrência de prescrição.

- b) Demonstração de conexão.
- c) Configuração de perempção.
- d) Incorreção do valor da causa.

Questão 48

Analise as seguintes afirmativas.

- I. A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião.
- II. O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
- III. Para provar a verdade dos fatos, as partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que especificados expressamente no Código de Processo Civil.
- IV. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.

Nos termos do Código de Processo Civil, são corretas as afirmativas

- a) I, II, III e IV.
- b) I e II, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.

Questão 49

São características inerentes ao inquérito policial, **EXCETO**:

- a) Sigilo.
- b) Inquisitorialidade.
- c) Indisponibilidade.
- d) Discricionariedade.
- e) Indispensabilidade.

Questão 50

“Em determinada cidade do interior do país houve tentativa de roubo armado à Agência dos Correios, ocasião em que policiais militares estaduais interferiram e foram baleados.”

Na situação descrita, a competência para julgar os criminosos é da:

- a) Justiça Militar, eis que os crimes foram praticados contra dois policiais militares.
- b) Justiça Estadual, já que o crime doloso contra a vida não atrai interesse federal.
- c) Justiça Comum Estadual, considerando que as vítimas são policiais militares em exercício da função.
- d) Justiça Federal, uma vez que a tentativa de homicídio em face dos policiais militares decorreu da tentativa de roubo contra a autarquia federal.

PROVA DISCURSIVA

João é servidor público municipal estável, ocupante do cargo de professor. Por ser pai de Joaquim, criança com deficiência de 5 anos de idade, João requereu ao Município que lhe fosse concedido horário especial em sua jornada de trabalho, independentemente de compensação de horário e sem redução de vencimentos, para acompanhar o tratamento diário de seu filho.

No bojo do processo administrativo formalizado para análise do requerimento do servidor João, foi comprovada a necessidade do horário especial por junta médica oficial. Ocorre que, ao final, a autoridade municipal competente indeferiu o pleito, haja vista que inexistente previsão legal, em nível municipal, a amparar o pedido do servidor. Inconformado, João ajuizou ação judicial com a mesma pretensão formulada em seu requerimento administrativo anterior.

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, como deve ser julgado o caso? (Resposta objetivamente fundamentada, dispensada forma de sentença).

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO